

Resumo de notícias econômicas

12 de julho de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 129

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 12 DE JULHO DE 2021

Sem água para represar

Folha de São Paulo

Projeções feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontam que, mesmo após a determinação para que as usinas liberem o mínimo possível de água, a maior parte dos reservatórios chegará ao fim de novembro com menos de 10% do volume útil.

O reduzido nível de armazenamento de água já verificado nos principais reservatórios de hidrelétricas da Região Sudeste do País tende a se agravar até o fim deste ano, o que deve levar o setor elétrico a adotar medidas mais extremas para evitar cortes de energia e possíveis desligamentos de usinas. As projeções técnicas feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As estimativas fechadas em junho apontam que, mesmo após a determinação para que as usinas liberem o mínimo possível de água, a maior parte dos reservatórios chegará ao fim de novembro – quando acaba o período seco – com menos de 10% do volume útil de água que podem armazenar. A depender das condições de cada usina, suas turbinas vão ser desligadas, por causa do pouco volume de água para passar pelas máquinas.

Segundo o governo, esse é o período mais seco dos últimos 91 anos. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez pronunciamento pedindo à população o uso “consciente e responsável” de água e energia. O governo, porém, nega o risco de um racionamento como o de 2001. O cenário crítico é encontrado em todas as barragens localizadas na Bacia do Rio Paraná, que abastece as Regiões Sudeste e Centro-oeste do País. São dezenas de usinas espalhadas pelo Rio Paraná e pelos rios da sua bacia, como Paranaíba, Grande, Tietê e Paranapanema. A Bacia do Paraná responde por mais da metade da capacidade nacional de geração de energia do País. O detalhamento das condições de armazenamento de alguns reservatórios ajuda a compreender a gravidade no abastecimento. O reservatório da hidrelétrica de Furnas, por exemplo, que é uma barragem de acumulação e de regularização de água,

localizada nas proximidades da cabeceira do Rio Grande, entre Minas Gerais e São Paulo, está com 28% de sua capacidade de armazenamento, mas deve ficar com menos de 10% até outubro. Na calha desse mesmo rio, a barragem da usina de Marimbondo já atingiu, neste mês, o nível de apenas 10% de sua capacidade e pode chegara 5% nos próximos meses.

Mais dramática são as projeções feitas para as barragens do Rio Paranaíba, um dos grandes rios que compõem a Bacia do Paraná. O reservatório da hidrelétrica Itumbiara está com apenas 9% de seu volume útil e, até outubro, pelas projeções do ONS, esse volume certamente será inferior a 5% do total. De maneira geral, o armazenamento somado dos reservatórios da Bacia do Rio Paraná fechou o mês de maio com menos de 29% de sua capacidade máxima, o segundo pior armazenamento verificado para este mês desde o ano 2000, ficando acima apenas do volume verificado em 2001, quando houve racionamento de energia no Brasil.

“Os resultados das projeções até novembro de 2021 apontam para condições de armazenamento em todos os reservatórios da Bacia do Rio Paraná na faixa entre 5% e 10% de seus volumes úteis durante todo o período”, afirma o ONS no documento. E alerta que, “considerando as premissas adotadas nesse estudo, caso as reduções das vazões (ações de armazenamento de água) sejam feitas para patamares inferiores aos apresentados e/ou de modo tardio, as perspectivas de armazenamentos serão piores”.

Pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GESEL/UFRJ), Roberto Brandão reconhece que o cenário é grave, mas afirma que, como tem garantido o Ministério de Minas e Energia, não deve haver problemas com oferta de energia. “ A realidade é que há uma certa folga de geração nas demais fontes de energia, para além das hidrelétricas”, avalia o especialista. “Mesmo que ocorram problemas pontuais, devemos atravessar o ano, longe do que se viu em 2001, por exemplo.” Em 2001, devido a restrições de geração hidrelétrica, o governo federal determinou o racionamento de energia em todo o País, impondo um corte de 20% para o consumidor. Quem não cortava seu consumo nesse volume, tinha de pagar uma multa pela energia excedente. Desde então, a dependência das hidrelétricas caiu de 85% para 61% com a expansão de usinas como eólica, solar e biomassa, mas também com

o uso de térmicas, que encarecem a conta de luz para todos os consumidores, além de serem mais poluidoras.

Projetos dos últimos 10 anos garantem energia hoje

Folha de São Paulo

O grande volume de projetos de geração e transmissão de energia que entraram em operação nos últimos dez anos em todo o País, como forma de atender às projeções de crescimento econômico que se fazia à época é o que, hoje, garante o suprimento nacional, sem grandes gargalos. A demanda esperada não se confirmou, dadas as sucessivas crises econômicas atravessadas pelo Brasil. O planejamento decenal de expansão elétrica, porém, atrelado a projeções otimistas da economia, tratou de leiloar uma série de empreendimentos que, hoje, trazem certa folga para a geração nacional. Os dados falam por si.

Entre 2011 e 2020, a capacidade de geração do parque elétrico nacional cresceu 43%, enquanto o consumo de energia verificado nesse mesmo intervalo aumentou apenas 19%, conforme dados oficiais compilados pelo grupo de estudos do setor elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GESEL/UFRJ). Se considerado um intervalo menor, de 2015 a 2020, o crescimento da capacidade de geração chegou a 20%, enquanto o consumo subiu 3,4% no mesmo período. “Na última década, houve um investimento pesado no setor, projetado sobre um crescimento econômico que não aconteceu. Isso é natural no setor elétrico, porque a demanda tem de ser antecipada com base em planejamentos de construções que levam cinco anos, seis anos”, diz o pesquisador da UFRJ Roberto Brandão. “O sistema cresceu muito. Isso é o que vai nos dar a capacidade de atravessar este ano.”

O governo editou uma medida provisória que dá poderes a um órgão chefiado pelo Ministério de Minas e Energia, no lugar das agências reguladoras, para decidir sobre o nível de vazão de água nos reservatórios das hidrelétricas. Para aprovar a medida no Congresso, o governo decidiu retirar do texto da MP trechos que previam a possibilidade de uma “racionalização compulsório” de energia. Antes de editar a MP, o governo ingressou com uma ação no STF questionando uma lei de Minas Gerais que

definiu Furnas como patrimônio do Estado. A lei determina que a altura mínima da água no reservatório seja de 762 metros.

A autoprodução de energia renovável

Broadcast

A energia limpa é a principal pauta do movimento global por uma economia ambientalmente sustentável. Diferentemente das fontes fósseis, as renováveis são inesgotáveis e não emitem gases de efeito estufa. A pandemia aumentou a pressão, e no Brasil a crise hídrica deve intensificar as discussões sobre as fontes renováveis e aquecer o mercado.

As condições são favoráveis. O Brasil ocupa o terceiro lugar do mundo em capacidade instalada de energia renovável. Enquanto 46% da energia produzida no País provém de fontes renováveis, a média mundial está em 14%. No caso da energia elétrica, 83% provêm de fontes renováveis, ante 26% no mundo.

O principal fator foi a expansão das usinas hidrelétricas. Mas isso trouxe riscos. No “apagão” de 2001, 90% da matriz elétrica era hídrica. O risco foi mitigado com a diversificação. Hoje, as hidrelétricas respondem por 68% do total. Do contingente de fontes renováveis, ela representa mais de 60%, seguida pela eólica (9%), biomassa (9%) e solar (1,4%).

Desde 2009, o volume de energia gerada por grandes empresas para consumo próprio dobrou. Como mostrou o Estado, a escalada se deve sobretudo ao avanço das térmicas, em especial as movidas por biomassa. O potencial de geração do setor de açúcar e álcool cresceu 181%. Nos próximos anos, o avanço da autoprodução deve ser pautado por projetos eólicos e solares. Segundo a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia, as fontes eólica e solar já custam 40% menos que a hídrica e 50% menos que as térmicas a gás. A dificuldade ainda está nos altos custos de instalação, mas a tendência é que sejam mitigados à medida que o modelo ganha escala e é barateado por avanços tecnológicos.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico projeta que, em 2025, a matriz elétrica será composta por 59% de fontes hidráulicas, 22% de térmicas, 13% de eólica e 3,7% de solar.

Outro desafio é prover estabilidade e previsibilidade ao sistema. Assim como as fontes hidráulicas, a eólica e a solar têm o ônus da intermitência. Mas as condições são favoráveis. O Novo Marco do Gás padronizou regulamentos e oferece incentivos à importação e produção de gás natural. Isso deve influenciar na expansão de usinas térmicas – não intermitentes – mais limpas e com menor custo.

Relator diz que reforma vai ter corte de impostos

Broadcast

O relator do projeto de lei que altera o Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA), informou ontem que vai apresentar o seu relatório com redução da carga tributária. A proposta inicial do governo era a de que o projeto fosse neutro, ou seja, que na matemática geral das medidas incluídas no projeto – as que aumentam a arrecadação, de um lado, e as que reduzem as receitas, de outro – o resultado fosse neutro do ponto de vista da carga tributária, sem aumento ou redução do total do imposto pago por empresas e famílias.

“Vamos ter uma redução da carga tributária. Não vai ser neutro. Teremos uma redução nominal e líquida”, logo após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe. O relator vai ainda enxugar o projeto, retirando as medidas incluídas pela área técnica da Receita e que tratam de fechar brechas na legislação que permitem às empresas pagarem menos imposto. Essas medidas polêmicas foram apelidadas de “maldades” do Fisco e a retirada delas já foi aceita por Guedes. A estratégia do relator nessas duas direções visa reduzir as resistências ao projeto no setor empresarial e financeiro e abrir caminho para uma votação rápida. O projeto chegou ao Congresso há duas semanas e corre o risco de ficar na gaveta – como outras três propostas de reforma tributária que estão tramitando – por falta de apoio. O presidente da Câmara, Arthur Lira cobrou a retirada do que vem chamando de “excesso” da Receita.

A previsão do relator é de que todos aqueles que hoje estão criticando a proposta apresentada pelo governo, ao terem acesso ao relatório, passem a brigar para que o texto seja votado o mais rápido possível. Na reunião, Sabino apresentou um esboço preliminar de seu parecer que pretende apresentar na próxima terça-feira aos líderes da Câmara.

O relator informou que a tributação de lucros e dividendos (hoje isenta) será mantida, mas não descartou a possibilidade de uma transição em etapas para o aumento da alíquota ou até mesmo redução. “Tudo está sendo estudado”, afirmou. Guedes aceita tirar todos os pontos do projeto que trazem um ambiente de negócios mais complicado para as empresas. Também pode rever posição de restringir o número das empresas que pagam o IR pelo sistema de lucro presumido, que traz muitas vantagens e, em muitos casos, permite recolher menos impostos. Esse é um outro ponto com muita resistência, segundo o tributarista Luiz Bichara.

Na prática, essa restrição “expulsa” muitas empresas do lucro presumido, que terão que pagar pelo lucro real, entre elas, os shoppings centers (que alugam as lojas), artistas e jogadores de futebol. “Não dá para comparar um shopping, que é um investimento produtivo e emprega muitas pessoas, um contribuinte que vive de aluguel”, ponderou Bichara. Segundo ele, a Receita colocou muitos “penduricalhos” com impacto relevante para as empresas. Para o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, a mudança no lucro presumido afeta o setor. “Não tem simplificação de nada. É só complicação que junto com a mudança do PIS e Cofins vai prejudicar muito o setor de serviços”, criticou.

‘Isso não é proposta de reforma tributária, é um arrocho fiscal’

Broadcast

O empresário Flávio Rocha, presidente do conselho de administração do Grupo Guararapes, dono da Riachuelo, não enxerga essa proposta de reforma tributária como a melhor saída. Ao contrário. Para ele, se trata de “um arrocho tributário e gerado por mentes fiscalistas”. Em sua visão, não há espaço para aumento da carga tributária. Por isso, seria necessária a criação de uma nova base, incluindo tributos quando o dinheiro

se move – proposta que Rocha defende há tempos, mas que é criticada por tributaristas, pois impõe carga igual a ricos e pobres.

Seria uma nova roupagem para a antiga CPMF)? “Esse novo imposto ficou estigmatizado. Falam que querem lançar uma nova CPMF, mas esse novo imposto seria muito melhor do que antes. A seguir os principais trechos da entrevista.

- **Qual a opinião do sr. sobre a reforma proposta pelo governo?**

Isso não é uma reforma. É um arrocho tributário e gerado por mentes meramente fiscalistas, que vai agravar esse círculo vicioso que estamos vivendo. Vai forçar mais e mais esses contribuintes a pular a cerca. Você tira a competitividade da economia. Isso só vai gerar arrecadação.

- **Por que o sr. pensa assim?**

O aumento da carga tributária está vindo sobre uma das bases mais sobrecarregadas. Então, o aumento de carga é um tiro em cada pé. O governo está sobrecarregando os formais e, lá na frente, o período de arrecadação vai cair. Além disso, vai expulsar os investidores. O Brasil já é um dos maiores exportadores de fortunas e esse êxodo de dinheiro brasileiro vai aumentar ainda mais.

- **Qual a visão do sr. sobre o sistema atual?**

Temos diversos impostos e que caem em três bases: renda, patrimônio e consumo. Todas essas bases já estão em fase descendente da curva de Laffer (criada pelo economista americano Arthur Laffer, que a cobrança de impostos excessiva, além do “ponto de equilíbrio”, pode levar à queda da arrecadação). Estamos com uma sobrecarga nesses impostos. E estamos tirando mais impostos da economia formal, sendo que é 50% da base. Se continuarmos pensando dentro da caixa, qualquer alívio vai sobrecarregar uma base já sobrecarregada. Teríamos De pensar fora da caixa.

- **O que seria pensar fora da caixa?**

A única base que está fresca e virgem, e que multiplicou por 30 vezes, é a tributação sobre os fluxos financeiros. O Paulo Guedes enxerga isso. É tributar a riqueza, mas não quando ela ganha, gasta ou estoca e sim quando ela se move. Aí, sim, você pode ter um espaço para tirar a sobrecarga dos outros impostos e transformar impostos ruins em bons. Com um ICMS de 12%, muitos pulam a cerca. Mas um ICMS

de 7% pode ser um bom imposto. O Imposto de Renda também está sobrecarregado, mas se ele for para 20% pode se tornar um bom imposto.

- **Seria uma nova CPMF?**

Esse novo imposto ficou estigmatizado. Falam que querem lançar uma nova CPMF, mas esse novo imposto seria muito melhor do que antes. A tecnologia nos deu essa base de presente.

Proposta para IR retira recursos do próprio Tesouro

Folha de São Paulo

Entre as medidas previstas pelo governo na reforma do Imposto de Renda, está a que prevê acabar com a modalidade chamada Juros sobre Capital Próprio (JCP), justamente a forma mais usada pelas estatais federais para remunerar o Tesouro Nacional por seu lucro. De 2017 a 2020, uma média de 73% por ano dos resultados pagos pelas estatais ao governo federal foi justamente por meio desse instrumento. Em média, entram R\$ 10,5 bilhões por ano nos cofres da União em remuneração paga pelas estatais – sendo quase R\$ 3 bilhões na forma de dividendos e R\$ 7,6 bilhões a título de JCP.

Especialista em tributação, o economista José Roberto Afonso afirma ter certeza de que a União vai perder recursos porque ninguém recebe mais JCP no País do que o próprio Tesouro, considerando as empresas em que é controlador. Segundo ele, é provável, então, que o Tesouro queira antecipar a entrada desses recursos em 2021. “Muitos contribuintes, se a reforma passar como está, anteciparão distribuição, inclusive estatais federais. Essa é uma hipótese forte”, afirma Afonso. O projeto não acaba, na prática, com JCP, mas desestimula o seu uso pelas grandes empresas. As companhias não vão poder mais deduzir o que pagam a seus acionistas, por meio do JCP, do IR a desembolsar. Já a distribuição de dividendos, outra forma de remunerar o acionista, será taxada com uma alíquota de 20%. Hoje, essa operação é isenta de tributos.

A diferença, explica o economista, é que os recursos do JCP entram “livres” para o caixa do Tesouro. Por outro lado, quase metade (48%) da arrecadação do IR é partilhada com Estados e municípios, por meio dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM), fora os recursos vinculados à educação e à saúde.

“A mudança pode ser um tiro no pé. Quem escreveu o projeto, esqueceu de perguntar para o Tesouro”, diz Afonso, ao comentar o projeto, que tem recebido muitas críticas do setor financeiro e das grandes empresas, que declaram o imposto pelo lucro real.

O levantamento do pagamento de dividendos foi feito pelo consultor do Senado, Leonardo Ribeiro, em parceria com José Roberto. Em 2019, do total de R\$ 21,5 bilhões pagos pelas estatais federais à União, R\$ 14,3 bilhões foram de JCP. Ribeiro ressalta que reformas dessa magnitude, como a do Imposto de Renda, é preciso avaliar todo o seu conjunto e os seus efeitos colaterais. Ele suspeita que o governo não tenha levado esse problema em conta. Afonso alerta que um projeto desse tipo não pode ser votado às pressas, como quer o presidente da Câmara, Arthur Lira. Afonso chama atenção para o fato de que os dividendos servem como sinalização para o pagamento de participação do lucro aos diretores das estatais e até mesmos aos funcionários. Como poderá haver, no futuro, mais pagamento de dividendos, a tendência é de aumento da participação dos lucros aos diretores e funcionários. Estudo feito por Afonso há cinco anos mostrou que as empresas que mais pagavam JCP, além das estatais, eram os bancos, seguradoras, extrativistas, como a Vale, as de energia e as telefônicas.

Procurado o Tesouro, diz que não há problema porque, sob a ótica da União, o recebimento da remuneração ao acionista como JCP ou dividendos é indiferente. “Isso se deve ao fato de que tanto a receita do JCP como a receita de dividendos estão vinculadas ao abatimento da dívida pública”, respondeu o Tesouro. Além disso, segundo o órgão, a União possui imunidade tributária e, portanto, não está sujeita a tributação de IR sobre os JCPS recebidos. O Tesouro diz que não fez pedido às estatais para antecipar resultados. “É uma prerrogativa dos conselhos de administração das companhias”, afirma.

Já o BNDES informou que não considera a antecipação dos resultados ao Tesouro este ano. O Banco do Brasil afirmou que sua política de remuneração foi aprovada em janeiro e prevê a distribuição de 40% do lucro. Caixa e Petrobras não responderam.

Deloitte investe para crescer em consultoria

Broadcast

Integrante do grupo das quatro grande consultorias de escala global, o chamado “big four”, a Deloitte quer alavancar seus serviços, especialmente em transformação digital. Para dar conta dessa tarefa no Brasil, a empresa pretende investir R\$ 400 milhões para potencializar o crescimento da área. O objetivo o faturamento em 60% o faturamento no País em um período de três anos. Segundo o CEO da empresa no País, Altair Rossato, a demanda por consultoria está forte por aqui. Com mais empresas buscando profissionalizar a gestão, realizar a transformação digital ou simplesmente sobreviver às sucessivas crises, a área de consultoria cresceu 26% no ano passado por aqui, contra 8% da Deloitte como um todo. Esses números também são maiores do que os registrados pela Deloitte global: 5,5% de expansão do faturamento geral e 7,1% na área de consultoria. “O ano de 2020 foi extraordinário, já que todos previam situações mais trágicas no mundo dos negócios do que realmente aconteceu”, diz Rossato.

O crescimento deu força para a companhia colocar o plano de investimentos e também ampliar a sua operação no Brasil. Abriu, por exemplo, uma base em Uberlândia (MG). Além disso, está indo para o Porto Digital, no Recife, criar uma área de tecnologia. Atualmente, a Deloitte já possui um hub de tecnologia na cidade de Campinas (SP). Segundo Rossato, a empresa também teve forte crescimento em regiões como Joinville e Florianópolis (SC), onde costuma trabalhar com empresas de médio porte.

“São empresas que são bem diferentes umas das outras: enquanto algumas precisam de ajudar para desenhar uma estratégia inicial, outras buscam parceiros ou IPO”, afirma ele. A área de transformação digital é a que deve receber mais investimentos até 2024 – cerca de R\$ 200 milhões. Para apoiar essa linha de negócios,

a empresa firmou ou ampliou as parcerias de negócios com frentes de tecnologia, como SAP, Google, Oracle e Salesforce.

O mercado de consultoria deve continuar em alta nos próximos anos, segundo Fábio Andrade, professor de do MBA executivo em marketing da ESPM. “As perspectivas para essas consultorias são muito boas e está abrindo caminho para outras empresas além das quatro grandes”, afirma Andrade. Não faltam tecnologias para as quais as empresas precisarão se adaptar em um futuro breve, como inteligência artificial, 5G e internet das coisas, diz. Segundo previsões da consultoria americana Grand View Reserach, o mercado de transformação digital deve movimentar US\$ 800 bilhões até 2025. Não à toa, a CI&T, especializada em transformação digital, quer realizar um IPO na bolsa americana até o fim do ano. Recentemente, a CI&T adquiriu a Dextra, especializada na criação de produtos digitais, como aplicativos. Juntas, as empresas vão ter faturamento de cerca de R\$ 1,4 bilhão e mais de 5 mil funcionários.

Whatsapp testa ferramenta para melhorar envio de fotos e vídeos

Reuters

O Whatsapp não é hoje o melhor lugar para enviar fotos: as imagens perdem resolução no app. Mas isso pode mudar em breve. Segundo o site Wabetainfo, a empresa, que é parte do mesmo grupo do Facebook e do Instagram, está testando um recurso para os usuários escolherem a qualidade das fotos – as opções serão automático (recomendado), melhor qualidade e economia de dados.

Por enquanto, a ferramenta está em testes apenas no Android. Ela permite a seleção do nível de compressão das imagens para cada ocasião: o usuário pode reduzir a qualidade se estiver com velocidade baixa de internet ou então enviar com a melhor qualidade possível, aceitando que o carregamento pode demorar mais.

Ainda não há previsão de lançamento da ferramenta. O Whatsapp também está testando um recurso semelhante para vídeos. Atualmente, o tamanho máximo de arquivo permitido para qualquer tipo de mídia no Whatsapp é de 16 MB, nos melhores aparelhos Android, o que permite o envio de vídeos de até três minutos, dependendo da qualidade e do modelo do celular. As novas opções no Whatsapp são comparáveis às oferecidas pelo Telegram, um de seus principais concorrentes, que desde 2019 permite que usuários escolham diretamente a resolução do vídeo, além de saber quantos megabytes serão usados pelo vídeo.

O Whatsapp, porém, ainda não revelou qual seria exatamente a resolução da mídia e outras informações de processamento, seja para vídeos ou para imagens.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (R\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB (%)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS (US\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	1.071,64
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	1.540,16
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-468,52

Fonte: MDIC

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS ÍNDICES				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar (100%)	7.312	7.410	7.620	7.623
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.763	3.260	3.082
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.225	3.224	3.812	3.991

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS					
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211

Fonte: RAIS/ME

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ				
ESPECIFICAÇÕES	Total do ano			2021
	2018	2019	2020	Até junho
Abertura	69.981	84.948	89.084	55.775
Fechamento	71.796	31.501	27.463	17.844
Total	-1.815	53.447	61.621	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) - 2018 A 2021					
PERÍODO	Total do ano			2021	
	2018	2019	2020	Junho	Até junho
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.578.983	10.038.098

Fonte: CIPP.